

de nós, para ser aqui um desmoralizado. (Palmas. Muito bem!) E foi precisamente, nobre Senador Paulo Brossard, para impedir que desgraças maiores acontecessem, maiores ainda do que aquelas que todos testemunhamos, que o Presidente deu seguimento à sua própria decisão anterior. E a sessão que estava marcada para às 9 horas foi empurrada, pelas sucessivas procrastinações, para a hora em que agora ela se iniciou. Se não tivéssemos tido mais um ato de alta descortesia das oposições, retirando-se da Casa, estaria agora, nesta madrugada, discutindo não à luz da Constituição de 46, mas à luz da atual, à luz do Regimento, a matéria que nos trouxe até esta Casa. Se não discutimos, não foi porque a Maioria não quis discutir, mas, sim, porque a Minoria não permitiu, através de uma evidente ligação que a compromete em alguns dos seus segmentos, pois vieram para cá proposadamente dispostos a impedir a votação, para que essa votação não ocorresse.

Aqui estamos, de pé, Sr. Presidente. Não pretendemos enxovalhar ninguém. Não tripudiamos sobre nenhum vencido, mas não podemos absolutamente abdicar do direito do vencedor.

"Ao vencedor" — Machado de Assis — "as batatas; ao vencido, as cascas". (Palmas. Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, as palavras aparentemente sensatas por mim proferidas desta tribuna, segundo o autorizado juízo do eminente Senador Líder do Governo no Senado, devem-se ao fato de eu haver ponderado acerca do inconveniente de serem processadas votações em matéria de alteração constitucional sem um prazo, por exigiu que fosse, capaz de serenar ou de, pelo menos, permitir a reflexão sobre a matéria deliberada e votada em um turno. E S. Ex.^a, então, para responder-me, para mostrar a aparente insensatez das minhas palavras, adiantou que marcada estava uma sessão para a tarde e outra para a noite e, se a Oposição não fosse como é, teria havido uma sessão tranquila à tarde e outra à noite. S. Ex.^a não responde, nem longínqua, nem remotamente ao que eu articulei desta tribuna, porque tanto faz realizar duas sessões no mesmo dia, uma à tarde e outra à noite, como realizar duas sessões no mesmo dia, uma que terminou às duas horas da manhã e outra que começou às 2 horas e 5 minutos da madrugada. O problema é o mesmo. Em ambos os casos, a ausência daquele período mínimo para reflexão, para ponderação, para que, afinal de contas, amadureça o seja permitida, à luz da crítica, à luz da objeção, à luz do debate, uma reconsideração, uma reafirmação do voto dado, ou uma revisão do voto dado. De modo que, a aparente insensatez com que me brindou S. Ex.^a, quer-me parecer, cai por terra diante das próprias palavras por S. Ex.^a proferidas desta tribuna.

Mas, Sr. Presidente, o eminente Líder, a quem sempre me refiro com o devido respeito, também fez comentários a respeito dos acontecimentos de que esta sala foi palco e, ainda uma vez, despejou sobre a Oposição as suas severas e implacáveis críticas. Não posso ouvir em silêncio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a grave injustiça cometida pelo eminente Líder. Sr. Presidente, não tenho a veleidade de dizer que conheço todos os parlamentos do mundo, embora bem que gostaria de poder dizer. Mas conheço alguns, como o Parlamento da Grã-Bretanha, Câmara dos Comuns e Câmara dos Lordes; conheço o Congresso norte-americano, Câmara dos Representantes e Senado; conheço o Parlamento de França, a Câmara dos Deputados, no Palais Bourbon, o Senado, no Palais de Luxembourg; conheço o Parlamento da Itália, a Câmara e o Senado; já assisti a sessões no Parlamento da Alemanha, não do Bundestag, mas da Câmara dos Deputados, e posso dizer nesta Casa que nunca, em nenhum deles, nunca, jamais, ouvi das galerias a mais remota manifestação. Nunca. Vou além: sequer um sussurro. Senador, apresentado-me como tal na Câmara Comum, tive de deixar no lugar próprio o guarda-chuva, a capa. E lá sequer se pode fumar. Na Câmara francesa a mais remota coisa; na Câmara e no Senado italianos, a mesma regra. Sussurros, apontar para alguém no plenário, para pessoas que estavam ao meu lado, para a minha própria esposa, isso foi o suficiente para que um zeloso guarda me batesse no ombro e me advertisse que não poderia praticar esse ato.

De modo, Sr. Presidente, que não seria eu que, nesta como em outra ocasião, haveria de aplaudir, de incentivar ou de concordar com manifestações da galeria, fossem elas favoráveis a mim ou fossem-las contrárias a mim. Se fossem contrárias a mim, haveria de protestar com a maior veemência e, pela mesma razão e pelos mesmos princípios, não aplaudiria, não incentivaria e não concordaria com aquelas manifestações que representassem agravos aos mais radicais e fidalgos adversários meus. Mas, Sr. Presidente, o nobre Líder me força a dizer: a Casa tem uma autoridade e a esta incumbe manter, na estrita observância do Regimento, a ordem dos trabalhos. De modo que a cen-

sura não pode ser dirigida a mim, não pode ser dirigida à Oposição. A censura tem outro endereço. Não quero ir mais além...

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex.^a, nobre Senador?

O SR. PAULO BROSSARD — Pois não.

O Sr. Jarbas Passarinho — Creio que ficou muito claro, durante todo o momento em que ocupei a tribuna, que não censurei V. Ex.^a; divergi de V. Ex.^a Censurei — e não tenho nenhum motivo para retificar meu pensamento — aqueles que, entre nós desprezando o respeito pelo Legislativo, que somos todos nós, preferiram aliar-se aos que, evidentemente, nos ofendiam. V. Ex.^a não foi citado como tal. De modo que, neste passo do discurso de V. Ex.^a, que ouço com respeito, peço permissão para interrompê-lo e, mais uma vez, desgraçadamente, discordar de V. Ex.^a (Palmas.)

O SR. PAULO BROSSARD — O nobre Senador aludiu ao entendimento por nós concertado no Gabinete do Presidente do Senado. Eu não tinha nenhuma obrigação de lá ir, de lá comparecer, nenhuma razão, Sr. Presidente, me levava a assumir uma responsabilidade, a enfrentar um risco, quando, se eu estivesse realmente interessado em obstar o andamento da matéria, e não tivesse preocupação pelo andamento dos trabalhos normais do Parlamento a que pertence, eu lá não compareceria, porque a sessão estava suspensa e daquela maneira não ia continuar. No entanto, Sr. Presidente, fui, peço aberto, assumindo riscos e assumindo responsabilidades, gratuitamente, em homenagem a V. Ex.^a, Sr. Presidente, mas em homenagem maior ao Parlamento a que pertence. O que foi lá combinado foi executado. Mas, a partir de um certo momento... Retifico. Reabertos os trabalhos, deferido por V. Ex.^a o requerimento feito por mim e secundado por outros Líderes, pelo nobre Senador Jarbas Passarinho e pelo nobre Senador Gilvan Rocha, seguramente por estes, reiniciados os trabalhos, repovoadas as galerias, os trabalhos foram recomeçados em ambiente de absoluta normalidade. Ocorreu então o que sucedera antes: pequenas manifestações, ora num sentido, ora noutro. Das pequenas manifestações, elas passaram a ser mais amiguadas e mais intensas, até chegarmos àquele ponto, àquela temperatura que, volto a dizer, nunca, jamais vi em Parlamento algum. Agora, mais uma vez, lamento discordar do eminente Líder para dizer que as críticas não podem ser dirigidas à Oposição. A Casa tem uma autoridade e tem não apenas o direito, mas o dever de fazer cumprir o Regimento e de manter a ordem dos trabalhos. (Muito bem! Palmas.) Eu não queria entrar na apreciação desta matéria, eu não desejava... (Tumulto no plenário.)

O Sr. Marcondes Gadelha — Queria saber se o Senador Jarbas Passarinho vai dizer que é a Oposição que se está comportando desta maneira.

O SR. PAULO BROSSARD — Deputado Alexandre Machado, meu illustre colega desde a Assembleia do Rio Grande do Sul, peço que V. Ex.^a seja tolerante com o orador que está na tribuna e que já está encerrando a sua intervenção.

Lamento, Sr. Presidente, ter sido constrangido a proferir as palavras e os conceitos que acabo de emitir, mas, perdoe-me o nobre Senador Jarbas Passarinho, não poderia ouvir as suas censuras, desta vez não muito amáveis, e as suas críticas, desta vez não muito procedentes, sem que opusesse embargos, respeitosos embargos, mas firmes embargos ao que aqui fora dito. De qualquer sorte, Sr. Presidente, como disse há instantes, lamento se firme o precedente de se alterar uma lei a que se confere o atributo de lei constitucional em duas votações separadas por alguns minutos, menos de cinco minutos uma da outra. Com mil perdões, era o que devia dizer. (Palmas.)

O Sr. Marcondes Gadelha — Peço a palavra, Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Antes de dar prosseguimento à matéria, rendo homenagem ao eminente Líder, Senador Paulo Brossard. Acho que devo dizer algumas palavras, embora breves, para dar um testemunho de que não é a primeira vez que, em circunstâncias mais ou menos semelhantes às de hoje, tive no meu Gabinete para não direi dar-me qualquer apoio, ou melhor, qualquer solidariedade, mas para manifestar ponto de vista idêntico ao que acaba de externar aqui, no sentido de condenar manifestações como as hoje ocorridas. Portanto, tive a honra de ter no meu Gabinete o Senador Paulo Brossard, que lá foi com a ideia de chegar a uma fórmula para o bom prosseguimento da sessão, que se deveria realizar tranquilamente e de algum modo com a responsabilidade de segmentos da Oposição que eram, visível e notoriamente, ligados ou vinculados às pessoas que provocavam aquelas manifestações. (Muito bem! Palmas.) Isso, porém, já não preciso dizer que não ocorreu. Quero, entretanto, assumir a inteira responsabilidade de tudo que foi feito, hoje, aqui, nesta sessão. (Palmas.) Tem razão o Senador Paulo Brossard, quando diz que a Casa tem uma autoridade e que a ela cabe manter a ordem e proporcionar condições dignas e adequadas para o funcionamento

das sessões. Mas isso não impede que essa autoridade também proceda com a prudência e procure evitar episódios que poderiam agravar, sob outros aspectos, as manifestações a que aqui assistimos. Por isso mesmo, talvez com exagerada tolerância, ou com o propósito de não estabelecer neste recinto um conflito de conseqüências imprevisíveis, preferiu a Mesa que o tempo e providências mais suasórias, mas adequadamente tomadas, fizessem com que as galerias fossem evacuadas sem maiores distúrbios, embora não se diga sem maiores constrangimentos, porque estes foram realmente grandes para todos nós.

Quero, portanto, mais uma vez, acentuar que pessoalmente assumo inteira responsabilidade por tudo quanto foi feito, quer na manutenção da ordem, quer na sua não manutenção, mas com o propósito de não transformar o Congresso Nacional, no cenário de uma luta cujo desfecho eu não poderia — nem nenhum de nós — saber qual seria, naquele clima a que se referiu — e bem — o Senador Paulo Brossard. Quanto ao mais, é inteiramente procedente a observação feita pelo Senador Jarbas Passarinho. Era intenção da Presidência fazer uma sessão à tarde, tendo anunciado que outra se seguiria, por volta das 21 horas. Mas, como todos viram, por fatores que independem da vontade da Mesa e da condução dada aos trabalhos por esta Presidência, essa sessão, que deveria normalmente terminar às 19 horas, ou ao mais tardar às 20 horas arrastou-se, tumultuadamente, até à 1 hora da madrugada.

Não é justo, portanto, que Parlamentares que aqui ficaram até tão tarde para externar com seu voto em torno do projeto não tivessem a oportunidade de votá-lo conclusivamente.

Dai a iniciativa de que se marcase uma sessão logo em seguida, que é a presente sessão, para possibilitar a discussão e a votação da matéria em segundo turno.

Era o que tinha a dizer.

Tem a palavra o nobre Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PMDB) — PB. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, V. Ex^a de certa forma repõe as coisas no lugar. V. Ex^a corrige interpretações apressadas sobre tudo o que se passa na noite que atravessamos e que foi objeto de uma exposição emocional do eminente Líder Jarbas Passarinho.

Veja, Sr. Presidente, que o Líder Jarbas Passarinho, com a serenidade à flor da pele, verberava o comportamento da Casa e atribuía quase tudo à Oposição, para, ao final da sua fala, sair-se com um mote que, rigorosamente, contrasta com aquilo que pretendi demonstrar, quando disse, num tom de sarcasmo: ao vencedor, as batatas; ao vencido, as cascas. O que demonstra claramente...

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Ex^a uma intervenção?

O SR. MARCONDES GADELHA — ... o caráter predatório do que aconteceu na noite de hoje: funcionou aqui a lei da selva, a lei do mais forte.

O Sr. Lomanto Júnior — É verdade, colegas nossos feridos. Permite V. Ex^a um aparte agora?

O SR. MARCONDES GADELHA — Ouvirei V. Ex^a em seguida, com a maior atenção, por enquanto estou respondendo ao Senador Jarbas Passarinho.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o tom, a linguagem, embora tomada emprestada a Machado de Assis, revelava um profundo desprezo, um profundo deboche pelo direito das Minorias, pelo direito de uma Nação ultrajada, e dava a entender que no Congresso Nacional, cenário onde forjam as leis, aqui também impera a lei da selva, a lei do mais forte. De modo que ao vencido, as cascas.

Ora, Sr. Presidente, nestas circunstâncias, se aceitamos a usurpação como um direito natural do mais forte, se aceitamos a conquista pela força como um fato natural, então é muito justo que às Minorias espoliadas lhes seja dado o direito à justa indignação e a magia pelo menos com a força da alma, porque foi precisamente isto o que aconteceu.

Eu também fui vaiado quando, na manhã de ontem, eram maioria nas galerias setores interessados na prorrogação dos mandatos, e aceitei tudo silenciosamente.

Ora, Sr. Presidente, quando houve mudança à noite, aqueles setores estavam-se sentindo usurpados, no cenário mais impoluto, mais puro da República, que é o Congresso Nacional. E reagiram com energia, porque também, de acordo com o outro autor, que talvez não seja do agrado do Senador Jarbas Passarinho, se alguém lhe usurpa alguma coisa, pouco importa se você reage gritando ou esperando. Você está sendo usurpado da mesma maneira.

Aqueles que ali estavam tinham o direito de participar de uma eleição, de disputar mandatos eletivos, de participar da vida da Nação, cidadãos brasileiros, que também o são, e foram miseravelmente espoliados e, mais ainda, vi-

ram uma Carta de Direitos, a Constituição da República, ser violada escandalosamente, sum-curimônia.

O Sr. Parlamentar — Pela Maioria.

O SR. MARCONDES GADELHA — Acha-se aqui que a Maioria tem o direito de violar a Constituição da República, Sr. Presidente, V. Ex^a ouviu isto. A Carta da República, a Carta Magna, não é propriedade da Maioria, não é propriedade de ninguém. É um direito e uma proteção ao cidadão.

Lembro outro autor, que deve ser do agrado de V. Ex^a, Ruy Barbosa, quando afirma que a lei também não nos protege quando cessa de proteger os nossos adversários. Seria inútil uma Constituição que apenas atendesse à Maioria e que pudesse ser mudada, e que pudesse ser golpeada, e que pudesse ser mutilada ao sabor das conveniências e dos interesses dos poderosos do dia. (Muito bem!) O que aconteceu nas galerias foi um protesto natural de toda uma comunidade nacional que se sente ultrajada.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Antes de conceder o aparte a V. Ex^a, quero corrigir a frase do Senador Jarbas Passarinho.

Já que V. Ex^as aceitam que o que aconteceu teve características predatórias, e isso é muito natural, a Oposição não poderia ser criticada pelo Senador Jarbas Passarinho porque recatadamente se retirara do plenário. Não, Excelência, vamos corrigir essa frase. Não é "ao vencedor, as batatas; ao vencido, as cascas". Ao vencedor, o butim; ao vencido, o distanciamento; o cheiro de pudor. (Palmas.)

O Sr. Lomanto Júnior — Admiro a sua inteligência e chego até à conclusão de que sairemos daqui como vildes. Fomos insultados; V. Ex^a, Sr. Presidente, sofreu uma censura pública, em que pese ao respeito que tenho pelo Líder da Minoria, o Senador Paulo Brossard, uma censura pública a que todos nós assistimos: V. Ex^a o único responsável pelos fatos degradantes ocorridos nesta noite, fatos que, nos meus 10 anos de vida parlamentar, na área federal, jamais tinha assistido — nem naquele dia drástico da anistia, em que parecia que estávamos aqui violando a mais abjeta das condenações. Agora, vem o Vice-Líder do PMDB, Deputado Marcondes Gadelha, criticar a frase que foi, no meu entender, a mais suave que poderia ser pronunciada ao encerramento de um discurso em que se analisava o fato degradante que aqui se passou. Sr. Presidente, se se faltou, em toda hora, ao decoro parlamentar. (Muito bem!) Foi vergonhoso para este Parlamentar, Sr. Presidente! Na hora em que V. Ex^a determinou a evacuação de um grupo que vinha não para aplaudir ou para acompanhar os debates aqui travados, mas adrede preparado para insultar, na hora em que V. Ex^a determinou que se evadisse as galerias, de um lado, um grupo saiu; do outro, os nossos companheiros — desgraçadamente, os nossos companheiros — subiram às galerias para protegê-los, numa demonstração de desprezo à autoridade da Mesa. Sr. Presidente, eram companheiros da Oposição, e não os tenho como inimigos. Mas hoje verifico que há realmente um abismo entre nós. S. Ex^as criaram esse abismo. S. Ex^as não querem o diálogo conosco. É por isso que o recusam a todo instante e levam ao ridículo a todo instante a própria mão estendida do Presidente da República numa prova de conciliação. Pois bem. É preciso que se recomponham o prestígio e a dignidade desta Casa ferida e degradada nesta noite. (Palmas.) Já se cassou mandato apenas porque um homem foi fotografado em trajes menores, talvez até traído pelo próprio fotógrafo. Pois, devemos apurar aqui os fatos — e a Casa é que deve apurá-los — para que se evite a situação vergonhosa por que passamos. Poderíamos sair daqui hoje, Sr. Presidente, com o rosto inchado e não ter como explicar às nossas esposas e aos nossos filhos o que aconteceu num Parlamento civilizado. Aconteceu que um colega nosso, estendido ao chão, foi esbofetado, foi chutado, foi covardemente espancado. E é preciso que V. Ex^a, que foi censurado pela Oposição, tome uma providência para resguardar a dignidade do Poder Legislativo. (Palmas.)

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, eu lamento que a douta Maioria venha a se escandalizar com o barulho nas galerias.

O Sr. Jarbas Passarinho — Não desfaça a sua imagem, Deputado.

O SR. MARCONDES GADELHA — Eu lamento que a douta Maioria venha a se escandalizar com o que aconteceu ontem e não se preocupe um mínimo sequer com o que vai acontecer amanhã com este País. Ontem, houve o barulho de galerias; amanhã, seremos uma Nação que perdeu o direito de votar. Imoral, Sr. Presidente, não é a reação nas galerias. Imoral é a aprovação da Emenda Anísio de Souza. Isto, sim, é que é uma invocação à libertação política. Isto, sim, é que é um apelo à ilocenciosidade. Depois da aprovação desta emenda, tudo será permitido neste País. Mas, querer o eminente Congressista, meu particular amigo, respeitável companheiro Lomanto Júnior, atribuir à Oposição os incidentes de ontem, é negar o que os seus pró-